

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGASS), divulga seus resultados referentes ao ano de 2022. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano de 2021 ou conforme indicado.

Mensagens da Administração

Ultrapassamos a marca de 2,3 milhões de clientes em 2022, com incremento de 6,7% em relação ao ano anterior.

O volume em 2022 apresentou queda de 5,4%, explicado pela redução do consumo nos segmentos Industrial e Cogeração que foi parcialmente compensado pelo crescimento de volume dos segmentos Residencial, Comercial e Automotivo.

O volume do segmento industrial que representou mais de 77% do total distribuído em 2022, apresentou queda de 6,7%, em relação a 2021, impactado principalmente pela redução nas atividades de grandes clientes no período.

O resultado do segmento de Cogeração ficou 14,1% abaixo, devido a redução da competitividade em comparação aos custos de energia elétrica (PLD). O segmento residencial em 2022 apresentou volume 3,0% superior ao de 2021, devido ao aumento da base de clientes, e queda da temperatura média em relação ao ano anterior.

O segmento comercial apresentou aumento de volume na ordem de 15,4% frente ao ano de 2021, principalmente devido à um cenário de menos restrições relacionadas a pandemia.

A receita líquida da Companhia atingiu R\$ 17,4 bilhões em 2022, 48,7% maior que no ano de 2021, refletindo o repasse do aumento do preço da molécula do gás nas tarifas. Este impacto também afetou o custo do gás e transporte que cresceu em 74,2% no ano.

O EBITDA apresentou crescimento de 6,9% no ano totalizando R\$ 3.222 milhões, reflexo de um consumo de mix mais rico entre segmentos associado ao reajuste das tarifas e margens.

Já os investimentos totalizaram R\$ 1.249 ao longo do ano, incremento de 6,3%, em linha com o plano de investimentos da companhia.

Encerramos o exercício com alavancagem de 1,64x, reflexo da posição de endividamento, bem como da distribuição de dividendos e JCP realizados em 2022 no montante de R\$ 1.873 milhões.

SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

R\$ Mil	2022	2021	2022 x 2021
Total de Clientes	2.380.847	2.232.288	6,7%
Volume (mil m³)	4.596.464	4.859.076	-5,4%
EBITDA	3.222.267	3.015.424	6,9%
Lucro Líquido	1.811.479	2.119.121	-14,5%
CAPEX	1.248.853	1.175.077	6,3%
Dívida Líquida	5.268.864	4.790.650	10,0%
Alavancagem	1,64	1,59	3,1%
Volume (mil m³)	2022	2021	2022 x 2021
Residencial	321.535	312.314	3,0%
Comercial	147.741	127.996	15,4%
Industrial	3.550.580	3.804.594	-6,7%
Cogeração	354.092	412.153	-14,1%
Automotivo	218.985	202.019	8,4%
Termogeração	3.531	-	n/a
Volume	4.596.464	4.859.076	-5,4%
mm³/dia	12,6	13,3	-5,3%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ativos	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivos	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.241.256	891.650	Emprestimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.554.840	2.288.960
Títulos e valores mobiliários	5.2	569.296	1.027.467	Fornecedores	5.6	1.554.695	1.669.767
Contas a receber de clientes	5.3	1.595.449	1.375.260	Ordenados e salários a pagar	10	108.547	87.517
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	344.760	-	Imposto de renda e contribuição social correntes	10	79.362	11.941
Estoques		123.860	129.554	Outros tributos a pagar		220.559	247.201
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	1.315	1.817	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12	15.806	2.035
Outros tributos a recuperar	6	724.750	176.865	Pagáveis a partes relacionadas	5.4	11.735	7.435
Ativos setoriais	5.7	128.521	489.601	Outros passivos financeiros	5.10c	72.579	91.933
Outros ativos		81.724	56.521	Passivos setoriais	5.7	67.419	85.866
Ativo circulante		4.810.931	4.148.735	Arrendamentos		4.656	2.268
Contas a receber de clientes	5.3	20.687	15.797	Outras contas a pagar		154.800	43.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	163.237	-	Passivo circulante		3.844.998	4.538.386
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	58.162	58.127	Emprestimos, financiamentos e debêntures	5.5	5.425.800	4.661.376
Outros tributos a recuperar	6	31.904	989.158	Instrumentos financeiros derivativos	5.8	399.866	-
Depósitos judiciais	11	51.316	62.362	Provisão para demandas judiciais	11	67.051	84.901
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	287.837	Benefícios pós-emprego	18	448.157	470.525
Outros ativos		13.510	8.069	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	74.606
Ativos setoriais	5.7	193.378	68.709	Outros tributos a pagar		4.766	5.070
Direito de uso		52.107	57.118	Passivos setoriais	5.7	1.401.706	1.286.417
Ativos de contrato	8	1.031.391	684.970	Arrendamentos		39.014	45.000
Intangível	7	6.237.488	5.890.616	Passivo não circulante		7.786.360	6.627.895
Ativo não circulante		7.853.180	8.122.763	Total do passivo		11.631.358	11.166.281
Total do ativo		12.664.111	12.271.498	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		536.315	536.315
				Reservas de capital		(34.230)	(20.972)
				Reservas de reavaliação		5.761	5.761
				Ajuste de avaliação patrimonial		(78.922)	(103.980)
				Reservas de lucros		603.829	688.093
				Total do patrimônio líquido		1.032.753	1.105.217
				Total do passivo e patrimônio líquido		12.664.111	12.271.498

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	14	17.414.153	11.709.713
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	15	(13.962.106)	(8.629.736)
Resultado bruto		3.452.047	3.079.977
Despesas de vendas	15	(142.527)	(125.413)
Despesas gerais e administrativas	15	(498.140)	(401.819)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	16	(87.600)	26.587
Despesas operacionais		(728.267)	(500.645)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		2.723.780	2.579.332
Despesas financeiras		(1.073.581)	(735.522)
Receitas financeiras		465.485	401.246
Variação cambial líquida		108.227	(60.888)
Derivativos		(110.213)	90.101
Resultado financeiro líquido	17	(610.082)	(305.063)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.113.698	2.274.269
Corrente		(552.971)	(151.792)
Diferido		250.752	(3.356)
Imposto de renda e contribuição social	10	(302.219)	(155.148)
Resultado líquido do exercício		1.811.479	2.119.121
Resultado por ação atribuído aos acionistas da Companhia, expresso em reais por ação			
Resultado básico por ação - em Reais:	13		
Ordinárias		13,38007	15,65240
Preferenciais		14,71808	17,21764
Resultado diluído por ação - em Reais:	13		
Ordinárias		13,36330	15,61574
Preferenciais		14,69963	17,17732

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	1.811.479	2.119.121
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	37.967	110.222
Tributos s/ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	(12.909)	(37.476)
Outros componentes dos resultados abrangentes do exercício	25.058	72.746
Resultados abrangentes totais do exercício	1.836.537	2.191.867

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.113.698	2.274.269
Ajustes para:			
Amortizações	15	498.487	436.093
Resultado nas alienações de ativo intangível	16	45.191	21.083
Transações com pagamento baseado em ações	19	2.339	3.634
Provisão para demandas judiciais	16	11.791	9.691
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		763.577	378.485
Provisão de bônus e participação no resultado		52.278	58.860
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	12.502	(1.792)
Ativos e passivos setoriais, líquidos	5.7	299.366	246.101
Créditos fiscais extemporâneos	6	-	(563.175)
Outros		8.798	(1.197)
Varição em:		3.808.027	2.862.052
Contas a receber de clientes		(197.775)	(376.125)
Estoques		(3.107)	(7.293)
Outros tributos, líquidos		(38.045)	(349.059)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(175.839)	468.381
Ordenados e salários a pagar		(31.248)	(43.341)
Benefícios pós-emprego		(25.963)	(24.683)
Outros ativos e passivos, líquidos		103.437	(21.450)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(368.540)	(353.570)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		3.439.487	2.508.482
Títulos e valores mobiliários		532.479	(4.906)
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes		8.319	6.805
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.187.518)	(1.027.003)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(646.720)	(1.025.104)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	2.473.745	1.557.805
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(2.275.698)	(1.768.394)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(469.746)	(419.092)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(294.300)	(6.116)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		19.882	116.225
Amortização de principal sobre arrendamento mercantil		(6.044)	(1.884)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil		(2.671)	(6.631)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	12	(1.872.732)	(1.649.653)
Pagamento de remuneração baseada em ações	19	(15.597)	(30.336)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(2.443.161)	(2.202.276)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		349.606	(718.898)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		891.650	1.610.548
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.241.256	891.650

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas de vendas de gás		20.447.747	13.788.190	Receitas financeiras	17	465.485	399.572
Receitas na prestação de serviços	14	389.731	268.554	465.485		399.572	
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	(12.502)	1.792	4.891.779		4.280.073	
Receita de construção	14	1.135.355	1.020.176	Valor adicionado total a distribuir		177.211	156.262
Outras (despesas) receitas	16	(87.600)	26.586	Distribuição do valor adicionado			
21.872.731		15.105.298		Pessoal e encargos		988.511	583.117
Custos e despesas				Remuneração direta		108.622	90.293
Custo do gás e transportes		(15.488.470)	(9.498.355)	Benefícios		52.019	50.055
Custo dos serviços prestados		(37.596)	(36.509)	FGTS/Outros		16.570	15.914
Custo de construção	15	(1.135.355)	(1.020.176)	Impostos, taxas e contribuições		1.818.121	1.281.290
Materiais, serviços e outras despesas		(286.529)	(233.574)	Federais		779.681	542.993
(16.947.950)		(10.788.704)		Estaduais		1.014.801	704.394
Valor adicionado bruto		4.924.781	4.316.594	Municipais		23.639	33.903
Retenções				Despesas financeiras e alugueis		1.084.968	723.400
Amortizações	15	(498.487)	(436.093)	Juros		988.511	583.117
(498.487)		(436.093)		Alugueis e arrendamentos		24.128	20.185
Valor adicionado líquido gerado		4.426.294	3.880.501	Outros		72.329	120.098
				Remuneração de capitais próprios		1.811.479	2.119.121
				Dividendos propostos	12	1.253.279	1.508.844
				Juros sobre capital próprio	12	61.634	29.447
				Lucros retidos		496.566	580.830
				4.891.779		4.280.073	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

A composição da margem por categoria é a seguinte:

Categorias	Margem por categorias - 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022						31/12/2022		31/12/2021	
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Termogeração	Recicla de construção	Outras receitas/custos	Total	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	321.535	147.741	3.550.580	354.092	218.985	3.531	-	4.596.464	5.268.864	4.790.650
Recicla bruta	2.651.319	897.262	15.018.357	1.071.308	831.220	10.640	1.135.355	22.005.192	3.222.267	3.015.425
Deduções	(616.299)	(207.986)	(3.367.372)	(199.743)	(160.804)	(952)	-	(37.883)	1.64	1.59
Recicla líquida	2.035.020	689.276	11.650.985	871.565	670.416	9.688	1.135.355	21.967.309	-	-
Custo	(743.600)	(344.572)	(9.742.921)	(746.314)	(589.622)	(8.267)	(1.135.355)	(651.455)	1.214.706	2.291.228
Resultado bruto	1.291.420	344.704	1.908.064	125.251	80.794	1.421	-	(299.607)	7.079.416	6.709.767
Despesas com vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,17	0,34
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,17	0,34
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	6.980.640	6.980.640
Despesas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	55.106	55.106
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	43.670	43.670
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.241.256)	(1.241.256)
Varição cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	(569.296)	(569.296)
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	5.268.864	5.268.864
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	2.113.698	2.113.698
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	(302.219)	(302.219)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	1.811.479	1.811.479
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.811.479	1.811.479
Reconciliação LAJIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	302.219	302.219
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	610.082	610.082
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	498.487	498.487
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	3.222.267	3.222.267
Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	2.113.698	2.113.698
Outras amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	(302.219)	(302.219)
LAJIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	1.811.479	1.811.479

Categorias	Margem por categorias - 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)						31/12/2022		31/12/2021	
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Recicla de construção	Outras receitas/custos (I)	Total	Total	
Volumes m³ mil (não auditado)	312.314	127.996	3.804.594	412.153	202.019	-	-	4.859.076	1.183.666	1.314.946
Recicla bruta	2.141.200	595.928	9.708.259	806.413	484.906	-	-	15.025.437	371.029	354.821
Deduções	(530.914)	(147.313)	(2.322.002)	(168.924)	(120.242)	-	-	(62.329)	3.071.228	3.071.228
Recicla líquida	1.610.286	448.615	7.386.257	637.489	364.664	-	-	14.963.108	1.554.695	1.669.767
Custo (I)	(403.275)	(168.935)	(5.588.886)	(524.369)	(303.431)	(1.020.176)	-	(8.229.736)	1.554.695	1.669.767
Resultado bruto	1.207.011	279.680	1.797.371	113.120	61.233	-	-	(378.438)	-	-
Despesas com vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.183.666	1.183.666
Despesas gerais e administrativas (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	371.029	371.029
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	354.821	354.821
Despesas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	371.029	354.821
Varição cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	371.029	354.821
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	1.183.666	1.314.946
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	371.029	354.821
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767
Reconciliação LAJIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	371.029	354.821
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	371.029	354.821
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767
Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	371.029	354.821
Outras amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767
LAJIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.695	1.669.767

(I) Classificamos R\$ 433.284 no custo, vide nota explicativa 3.3.

5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contábil: Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, quando seus termos são modificados, e quando os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Ativos	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	939.570	771.817
Contas a receber de clientes	5.3	1.616.136	1.391.057
Ativos setoriais	5.7	321.899	558.310
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	1.315	1.817
		2.878.920	2.723.001
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações em operações compromissadas	5.1	301.686	119.437
Títulos e valores mobiliários	5.2	569.296	1.027.467
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	344.760	287.837
		1.215.742	1.435.137
Total		4.094.662	4.158.138
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(372.171)	(3.315.446)
Fornecedores	5.6	(1.554.695)	(1.669.767)
Outros passivos financeiros		(91.933)	(91.933)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(15.806)	(2.035)
Parcelamento de débitos tributários		(5.549)	(5.786)
Arrendamentos		(43.670)	(47.268)
Passivos setoriais	5.7	(1.469.125)	(1.372.293)
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	(11.735)	(7.435)
		(3.545.330)	(6.511.953)
Total		(7.008.335)	(6.634.890)
		(10.553.665)	(10.146.843)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	87.054	40.041
Aplicações financeiras	1.154.202	851.609
	1.241.256	891.650

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	301.686	119.833
	301.686	119.833
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	852.516	731.776
	852.516	731.776
	1.154.202	851.609

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado. Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimento diversos, liquidez e/ou carência limitada a 90 dias, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado. As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **5.2 Títulos e valores mobiliários:** Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos	569.296	1.027.467
	569.296	1.027.467
Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada à SELIC com a rentabilidade equivalente a aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária. 5.3 Contas a receber de clientes: Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.	812.225	491.818
Contas de gás a receber	877.895	975.588
Recicla não faturada (I)	13.828	17.075
Outros	1.703.948	1.484.481
	(87.812)	(93.424)
	(87.812)	(93.424)
Total	1.616.136	1.391.057
Circulante	1.595.449	1.375.260
Não circulante	20.687	15.797

(I) A recicla não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência. Durante o exercício 2022, foram emitidas as deliberações nº 1.274, 1.294, 1.329, com reajustes médios, em cada deliberação, de 16%, para todas as categorias de clientes, com exceção do residencial e comercial. Em dezembro de 2022, foi emitida a deliberação nº 1.359 com reajuste médio de -9%, para todas as categorias, com exceção do residencial e comercial, o qual apresentou reajuste médio anual de 11%. O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2022	Perda esperada	31/12/2021	Perda esperada
A vencer	1.544.302	(2.835)	1.355.343	(2.605)
Vencidas:				
Até 30 dias	52.994	(310)	27.375	(237)
De 31 a 60 dias	12.612	(1.414)	8.150	(1.043)
De 61 a 90 dias	6.080	(2.090)	3.958	(1.896)
Mais de 90 dias	87.960	(81.173)	89.655	(87.643)
	1.703.948	(87.812)	1.484.481	(93.424)

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021		(112.281)
(Adições)/Reversões	1.792	-
Baixas	17.065	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(93.424)
(Adições)/Reversões	(12.502)	-
Baixas	18.114	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(87.812)

5.4 Partes relacionadas: Política contábil: As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada exercício é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. **a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:**

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raizen S.A. e suas controladas (I)	401	1.157
Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	105	-
	506	1.157
Operações contratuais		
Raizen S.A. e suas controladas	738	-
Rumo Malha Paulista S.A.	-	85
Rumo Malha Norte S.A.	-	41
Rumo Malha Sul S.A.	-	519
Cosan S.A.	71	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	15
	809	660
Total do ativo circulante	1.315	1.817

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. (II)	3.324	-
	3.324	-
Operações contratuais		
Raizen S.A. e suas controladas (III)	8.372	7.435
Compass Gás e Energia S.A.	39	-
	8.411	7.435
Total do passivo circulante	11.735	7.435

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional		
Raizen S.A. e suas controladas (I)	10.547	9.213
Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	143	-
Elevações Portuárias S.A. (I)	689	439



investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco de câmbio	Nocional		Valor registrado		Ajuste de valor acumulado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
4131 Scotiabank (2021)	BRL + CDI + 1,25%	407.250	(50.245)	(514)	(88.612)	(6.628)
4131 Scotiabank (2022)	BRL + CDI + 1,20%	1.097.400	(160.369)	-	(217.215)	-
Total derivativos		1.772.775	(86.854)	167.844	(367.512)	33.304
Total líquido		-(1.860.801)	(685.357)	(302.849)	20.600	20.600

Risco de juros	Nocional		Valor registrado		Ajuste de valor acumulado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Emprestimos, financiamentos e debêntures						
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	-	-	-	-	-
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	(114.818)	(114.014)	-	(114.014)	-
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	(523.993)	(523.837)	-	(523.837)	-
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	(500.000)	(491.153)	(484.974)	(6.179)	(484.974)
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	(500.000)	(467.841)	(477.578)	9.737	(477.578)
BNDES Projetos						
VI e VII	IPCA + 4,10%	(160.126)	(131.885)	-	(131.885)	-
BNDES Projetos VIII	IPCA + 3,25%	(870.149)	(801.812)	-	(801.812)	-
BNDES Projetos IX	IPCA + 5,74%	(565.582)	(544.925)	-	(544.925)	-
Total débito		(3.234.668)	(3.075.467)	(962.552)	(2.112.915)	(962.552)

5.3 Mensurações de valor justo reconhecidas: Política Contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. O uso de preços de mercado cotados; ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado; iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisão todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho de Administração. A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesse instrumento ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia de valor justo, então o valor justo é categorizado em seu nível mais baixo no mesmo nível da hierarquia de valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Ativos	Ativos e passivos mensurados ao valor justo		Nível 2		Nível 3	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em operações compromissadas	301.686	119.833	301.686	119.833	-	-
Títulos e valores mobiliários	569.296	1.027.467	569.296	1.027.467	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	344.760	287.837	344.760	287.837	-	-
Total	1.215.742	1.435.137	1.215.742	1.435.137	-	-
Passivos						
Emprestimos, financiamentos e debêntures	(6.608.469)	(3.634.890)	(6.608.469)	(3.634.890)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(399.866)	-	(399.866)	-	-	-
Total	(7.008.335)	(3.634.890)	(7.008.335)	(3.634.890)	-	-

(i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de estes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve alteração na classificação dos níveis.

5.10 Gestão de risco financeiro: Política contábil: Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descaimento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Tesouraria.

i. Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2022	31/12/2021
Emprestimos, financiamentos e debêntures	(1.773.947)	(853.201)
Instrumentos financeiros derivativos	1.773.947	853.201
Risco cambial líquido	-	-

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares. O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2022, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável. Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações para as Companhias com moeda funcional Real (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

Dólar	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/2022	Provável	25%	50%	-25%	-50%
	5,22	5,25	6,56	7,88	3,94	2,63

Instrumento

Emprestimos, financiamentos e debêntures	Fator de risco	Variação na taxa de câmbio				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
		(10.982)	(446.232)	(892.464)	446.232	892.464
Derivativos de taxa de juros e câmbio	R\$/US\$	10.982	446.232	892.464	(446.232)	(892.464)

Impactos de (perdas) ou ganhos no exercício

Emprestimos, financiamentos e debêntures	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
	13,25	16,57	19,88	9,94	6,63
IPCA	4,98	6,23	7,47	3,74	2,49
IGPM	4,45	5,56	6,67	3,34	2,22

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos do CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
	165.759	207.199	248.639	124.319	82.880
Títulos e valores mobiliários	76.025	95.031	114.037	57.019	38.012
Derivativos de taxa de juros	(1.643)	(100.997)	(93.496)	(127.003)	(147.673)
Emprestimos, financiamentos e debêntures	(304.082)	(327.748)	(393.298)	(196.649)	(131.099)
Impactos de perdas no exercício	(63.941)	(126.515)	(124.118)	(142.314)	(157.880)

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia expõem a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam afetar suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022		31/12/2021		
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
	1.241.256	-	-	-	891.850
Títulos e valores mobiliários	569.296	-	-	-	1.027.467
Caixa a receber de clientes (i)	1.616.136	-	-	-	1.391.057
Instrumentos financeiros derivativos	344.760	-	-	-	287.837
Recebíveis de partes relacionadas	-	1.315	-	-	1.817
	3.772.763	3.599.828	3.599.828	3.599.828	3.599.828

(i) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 2,38 milhões de clientes (não auditado), das categorias de clientes residencial, comercial, industrial, automotivo, termogeração e cogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência. A Companhia também está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários, e qualquer interrupção que afete seus intermediários financeiros também poderá afetar adversamente suas operações. A exposição da Companhia ao risco de resiliência operacional (Nota 5.3) é reduzida, dada a característica pulverizada da base de clientes. No entanto, ainda há riscos para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito da carteira de clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração.

A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela Administração. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A", reduzindo substancialmente o risco de crédito. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
AAA	2.081.945	2.206.007
AA	73.366	947
	2.155.312	2.206.954

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia. Os passivos financeiros são classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	Até 1 ano		De 1 a 2 anos		De 3 a 5 anos		A mais de 5 anos		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Emprestimos, financiamentos e debêntures	(1.990.681)	(1.544.827)	(2.644.512)	(4.887.375)	(11.067.395)	(11.274.978)	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(21.106)	(216.444)	(238.453)	1.055.657	579.654	1.242.931	-	-	-	-
Fornecedores	(1.554.695)	-	-	-	(1.554.695)	(1.669.767)	-	-	-	-
Outros passivos financeiros (i)	(72.579)	-	-	-	(72.579)	(91.933)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(15.806)	-	-	-	(15.806)	(2.035)	-	-	-	-
Parcelamento de débitos tributários	(825)	(825)	(1.653)	(2.548)	(5.851)	(6.097)	-	-	-	-
Arrendamentos	(8.232)	(7.984)	(14.052)	(31.001)	(61.269)	(60.983)	-	-	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	(11.735)	-	-	-	(11.735)	(7.435)	-	-	-	-
	(3.675.659)	(1.770.080)	(2.898.670)	(3.865.267)	(12.209.676)	(11.870.297)	-	-	-	-

(i) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 72.579 (R\$ 91.933 em 31 de dezembro de 2021). O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação.

6. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) (i)	356.242	787.661
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	217.830	207.319
Programa de Integração Social (PIS) (i)	182.479	171.005
Outros	103	38
	756.654	1.166.023
	724.750	176.865
	31.904	989.158

Circulante

Não circulante

(i) Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui recita/faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia reconheceu créditos referentes ao tema, conforme explicitado na nota 6 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021. Diferido pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), em 30 de março de 2022, o pedido de habilitação dos créditos de PIS e COFINS apurados desde julho de 2008, a Companhia passou a utilizá-los para os pagamentos mensais de PIS e COFINS (Total de créditos de PIS/COFINS utilizados no exercício foi de R\$ 470.943), bem como para os pagamentos trimestrais de IRPJ e CSLL. A expectativa é que o montante registrado no circulante seja utilizado nos próximos 12 meses.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Política contábil: a) **Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão:** A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter propriedade significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou controlados subsequentemente à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contrato a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICP/10/IFRIC 12 - Contratos de concessão. b) **Contratos com clientes:** Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. c) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d) **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. Conforme definido nas portarias CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e nº 50 de 08 de maio de 2000, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:

	Edificações e benfeitorias	Fidelização de clientes	Máquinas e equipamentos	Tubulações	Veículos	Outros
	2%	20%	3,33%	3,33%	10%	20%

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Valor de custo:	Contrato de concessão		Fidelização de clientes em andamento		Outros		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	7.843.347	912.996	74.059	1.787	8.632.189	154.900	154.900	154.900
Adições	-	-	-	-	-	(169.815)	(169.815)	-
Transferências (ii)	-	-	-	-	-	159.107	159.107	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.843.347	912.996	74.059	1.787	8.632.189	154.900	154.900	154.900
Adições	-	-	-	-	-	113.498	113.49	



investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do incentivo fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, no valor total de R\$ 970.856 (para maiores informações, vide notas explicativas 10.a e 20.a); c) recebimento, em janeiro de 2023, do despacho decisório de não homologação de compensação, glossando a amortização fiscal do saldo do conta corrente regulatório no período de 2015, no valor de R\$ 86.945 (para maiores informações, vide nota explicativa 20.a); (ii) a) lavratura de autos de infração, em janeiro de 2023, para cobrança de multa isolada sobre as compensações não homologadas, referidas nos itens a) e b) do item (i) apresentado acima, no valor total de R\$ 144.064; b) o ajuizamento de execução fiscal para cobrança de débitos de PIS, COFINS e IRPJ do período de setembro de 2016, no valor de R\$ 78.429, cuja probabilidade de perda na discussão perante a esfera administrativa era remota, mas foi reclassificada para possível dilação das particularidades do processo judicial; c) à baixa de processos por encerramento favorável à Companhia ou reclassificação para perda provável. **b) Cíveis, ambientais e regulatórios:** Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre rescisões ou revisões de contratos, direitos reais, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia, incluindo demandas sobre matérias regulatórias e ambientais. No 1º trimestre de 2022, foi julgado improcedente e transitado em julgado, sem possibilidade de recursos, o processo movido por uma antiga contratada contra a Companhia, no montante de R\$ 51.787. Os processos regulatórios versam, em geral, sobre processos administrativos sancionatórios instaurados por órgãos reguladores. No 3º trimestre de 2022, transitou em julgado decisão favorável definitiva à Companhia de processo judicial para discutir a legalidade de cobrança retroativa de taxa municipal de obras, no montante de R\$ 24.779. **c) Trabalhistas:** Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil: a) **Capital social:** Ações ordinárias e preferenciais: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. O capital subscrito de R\$ 536.315, é representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e sua composição é a que segue:

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2022 e 31/12/2021		Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14	99,14	
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86		
Total	103.863	100,00	28.658	100,00	132.521	100,00		

b. Lucros acumulados:

Em 1º de janeiro de 2021
Resultado líquido do exercício 2.119.121
Juros sobre capital próprio 2021, imputados como dividendo mínimo obrigatório (29.447)
Transferência para reserva legal (i) -
Transferência para retenção de lucro Dividendos (580.830)
Dividendos (1.508.844)

Em 31 de dezembro de 2021

Em 1º de janeiro de 2022
Resultado líquido do exercício 1.811.479
Juros sobre capital próprio 2022, imputados como dividendo mínimo obrigatório (61.634)
Transferência para reserva legal (i) -
Transferência para retenção de lucro Dividendos (496.566)
Dividendos (1.253.279)

Em 31 de dezembro de 2022

(i) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve a constituição de reserva legal, pois conforme estatuto da Companhia se o valor da reserva legal exceder 20% do capital social, não deverá ser constituído. **c. Juros sobre capital próprio:** Em 21 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2022 e 21 de março de 2022, no valor de R\$ 15.891, antes dos tributos, pagos em 04 de abril de 2022. Em 21 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, relativo ao exercício de 2022, calculados até 21 de junho de 2022, no valor de R\$ 9.580, antes dos tributos, pagos em 05 de julho de 2022. Em 20 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, relativo ao exercício de 2022, calculados até 20 de setembro de 2022, no valor de R\$ 20.430, antes dos tributos, pagos em 04 de outubro de 2022. Em 21 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, relativo ao exercício de 2022, calculados até 21 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 15.733, antes dos tributos, pagos em 05 de janeiro de 2023. **d. Dividendos:** Em 21 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 684.109, sendo R\$ 580.830 com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior e R\$ 103.279 com base no resultado do período apurado, pago no dia 04 de abril de 2022. Em 28 de outubro de 2022, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 1.150.000 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de setembro de 2022, pago em 11 de novembro de 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	1.811.479	2.119.121
Lucro disponível para distribuição	1.811.479	2.119.121
Constituição da reserva legal	-	-
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	1.811.479	2.119.121

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	452.870	529.780
Juros sobre capital próprio líquido	(52.390)	(52.390)
Dividendos pagos	(1.253.279)	(1.508.844)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(1.305.668)	(1.533.874)
Total do lucro a destinar	496.566	580.830

Movimentação a pagar:

Em 1º de janeiro de 2021 1.688
Dividendos do exercício anterior 111.709
Dividendos do exercício corrente 1.508.844
Juros sobre capital próprio a pagar 29.447
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (1.649.653)
Em 31 de dezembro de 2021 2.035
Dividendos do exercício anterior 580.830
Dividendos do exercício corrente 1.253.279
Juros sobre capital próprio a pagar (52.390)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (1.872.732)
Em 31 de dezembro de 2022 15.806

e. Destinação do saldo do resultado do exercício: Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

13. LUCRO POR AÇÃO

Política contábil: a) **Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano. **b) Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. O efeito do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado básico por ação		
Numerador		
Resultado do exercício	1.811.479	2.119.121
Ações ordinárias	1.389.691	1.625.701
Ações preferenciais	421.788	493.420
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.658
Resultado básico por ação		
Ação ordinária	13,38007	15,65240
Ação preferencial	14,71808	17,21764
Efeito da diluição:		
Numerador		
Resultado do exercício	1.811.479	2.119.121
Ações preferenciais	1.387.949	1.621.894
Denominador (em milhares de ações)	423.530	497.227
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.812	28.947
Resultado diluído por ação		
Ação ordinária	13,36330	15,61574
Ação preferencial	14,69963	17,17732

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício do plano de remuneração baseado em ações. Os acionistas detentores de ações preferenciais têm o direito ao recebimento de dividendo por ação 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, conforme estabelecido no estatuto da Companhia.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil: A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais: i. **Receita faturada:** A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas. ii. **Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. iii. **Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra. Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de

conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas. **iv. Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na venda de gás	20.480.106	13.736.707
Receita bruta na prestação de serviços e outros	389.731	268.554
Receita de construção	1.135.355	1.020.176
Impostos e deduções sobre vendas	(4.591.039)	(3.315.724)
Receita operacional líquida	17.414.153	11.709.713

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Política contábil: Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos. Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços. Os custos e as despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação dos montantes por natureza/finalidade é a seguinte:

	31/12/2022	(Reapresentado)
Custo do gás e transporte	(12.334.463)	(7.176.276)
Custo de construção	(1.135.355)	(1.020.176)
Amortizações	(498.487)	(436.093)
Despesas com pessoal	(225.136)	(201.904)
Despesas com materiais/serviços	(409.332)	(322.519)
	(14.602.773)	(9.156.968)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(13.962.106)	(8.629.736)
Despesas de vendas	(142.527)	(125.413)
Despesas gerais e administrativas	(498.140)	(401.819)
	(14.602.773)	(9.156.968)

16. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos extemporâneos PIS/COFINS (i)	-	187.609
Renovação contrato concessão ARSESP (ii)	-	(43.721)
Valores em discussão com clientes	(13.369)	(16.000)
Resultado nas alienações e baixas do intangível	(45.191)	(21.083)
Efeito líquido das demandas judiciais	(11.791)	(9.691)
Efeito líquido da receita não faturada (iii)	-	(59.607)
Outros	(17.249)	(10.920)
	(87.600)	26.587

(i) Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5.7 e 6. (ii) Renúncia de processos administrativos e regulatórios contemplados no 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Renovação do contrato de concessão. (iii) Refere-se ao reconhecimento da variação apurada na realização da receita não faturada.

17. RESULTADOS FINANCEIROS

Política contábil: A receita financeira compreende receita de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívida	(905.383)	(548.722)
Ajuste a valor justo dívida e derivativos	(110.213)	90.102
Variação cambial sobre dívida	108.227	(60.888)
Fianças e garantias sobre dívidas	(15.217)	(15.454)
	(922.586)	(534.962)
Rendimentos de aplicações financeiras	256.181	115.111
	256.181	115.111

Custo da dívida, líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Outros encargos e variações monetárias		
PIS e COFINS s/receitas financeiras (i)	(18.495)	(28.529)
Juros sobre outras operações (i)	164.374	509.910
Juros sobre clientes	45.171	19.661
Juros sobre ativo e passivo setorial	(33.487)	(24.711)
Juros sobre passivo atuarial e outros	(54.752)	(89.654)
Juros sobre contingências e depósitos judiciais (iii)	1.066	(8.272)
Despesas bancárias	(20.223)	(4.202)
Ajuste a valor presente	(26.931)	(40.415)
	56.323	114.788
	(610.082)	(305.063)

Resultado financeiro, líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Reconciliação		
Despesas financeiras	(1.073.581)	(735.522)
Receitas financeiras	465.485	401.246
Variação cambial líquida	108.227	(60.888)
Derivativos (ii)	(110.213)	90.101
	(610.082)	(305.063)

Resultado financeiro, líquido

(i) Contempla o resultado da atualização monetária do crédito extemporâneo referente à exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5.7 e 6. (ii) Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros. (iii) Inclui baixa de juros por reversão.

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

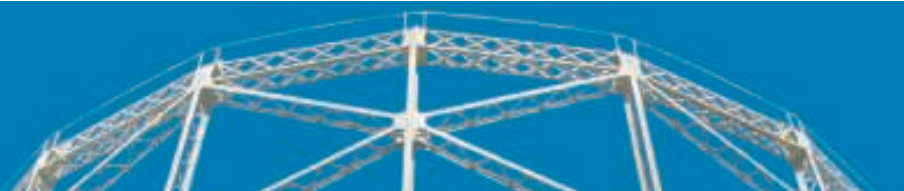
Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigação de benefício definido inicial	477.253	570.750
Custo dos serviços	538	487
Juros sobre obrigação atuarial	41.815	41.310
Liquidação antecipada no plano	(3.081)	-
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (i)	(28.521)	(106.104)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência (i)	(14.629)	(4.368)
Benefícios pagos	(27.118)	(24.822)
Obrigação de benefício definido final	448.157	477.253
Valor justo inicial dos ativos do plano	(6.728)	(6.174)
Receitas de juros	(253)	(457)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros) (i)	3.283	250
Liquidação antecipada no plano	3.698	-
Contribuições do empregador	(27.118)	(25.169)
Benefícios pagos	27.118	24.822
Valor justo final dos ativos do plano	-	(6.728)
Passivo líquido de benefício definido	448.157	470.525

(i) Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido: A Companhia possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo à aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM/695. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. O plano de aposentadoria PLAC foi encerrado em 24 de maio de 2022, através do distrito do plano. Os participantes tiveram direito ao recebimento de todos os saldos de conta acumulados no plano, assim como aos fundos de excesso - o que contemplava o Fundo Globalizado, fundo de excesso disponível para cobertura do benefício de risco BD do plano. O encerramento do plano foi reconhecido como um *settlement* e o valor do Fundo Globalizado destinado aos participantes impactou a Companhia como uma despesa no resultado do exercício de R\$ 616. A Companhia iniciou em 07 de janeiro de 2022 com a Futura II - Entidade de Previdência Complementar, o Plano de Aposentadoria FuturaFlex, plano de previdência fechada complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O plano tem como objetivo a concessão de benefício de previdência privada, sob a forma de renda mensal financeira.

Saldo em 1º de janeiro de 2021

Custo dos serviços		564.576
Juros sobre obrigação atuarial		487
Benefícios pagos		41.310
Ganho atuarial		(25.626)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		470.525
Custo dos serviços correntes		538
Juros sobre obrigação atuarial		418
Benefícios pagos		(27.118)
Ganho atuarial		(37.967)
Liquidação antecipada no plano		364
Saldo em 31 de dezembro de 2022		448.157
Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:		
	31/12/2022	31/12/2021



investidores@comgas.com.br - www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto - CNPJ 61.856.571/0001-17

→★ continuação

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido sem modificações, pela Ernst & Young Auditores Independentes, concluiu que as demonstrações financeiras acima referidas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam o encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

Marcelo Curti

Presidente e membro Titular do Conselho Fiscal

Alexandre Pedercini Issa

Membro Titular do Conselho Fiscal

Carla Alessandra Trematore

Membro Titular do Conselho Fiscal

Mario Augusto Silva

Membro Titular do Conselho Fiscal

Vanessa Claro Lopes

Membro Titular do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da

Companhia de Gás de São Paulo - Comgás
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.3, que descreve os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.3 e 14 às demonstrações financeiras, a receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R\$877.895 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela diretoria, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela diretoria relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas; ii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; iii) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria; iv) recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; v) estimativa independente da alocação do volume de gás entre as categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia; vi) comparação, por amostragem, das tarifas utilizadas para mensuração da receita por categoria de cliente com as tarifas determinadas pelo órgão regulador; vii) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2023; viii) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e ix) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Como resultado destes procedimentos foi identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento de parte da receita não faturada, sendo esse ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.3 e 14 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita de fornecimento de gás não faturada, na demonstração de resultado, e o respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.3 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás

Conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, nos montantes de R\$5.948.636 mil e R\$1.031.391 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, a infraestrutura dessa concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da diretoria.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e à avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, i) entendimento do processo implementado pela diretoria sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;

vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito dessa concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Stela de Aguiar Cerqueira
Contadora - CRC SP-258643/O

